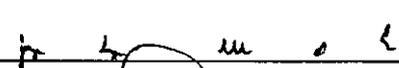


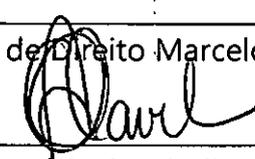
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 25/2019 (DJ 02/09/2019).

Aos quatro de outubro de 2019, às catorze horas, reuniu-se no Gabinete do Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, estando presente o Presidente da referida comissão, o Des. Jorge Henrique Valle dos Santos, o Juiz de Direito Marcelo Menezes Loureiro, bem como os servidores Aline Carolino Santos Davel, Renata de Souza Santos e Paulo Medina Neto. Iniciados os trabalhos, a Sra. Renata de Souza Santos atualizou os presentes sobre as atividades desenvolvidas e ponderou que as dificuldades enfrentadas na implementação da acessibilidade no PJES serão melhor solucionadas pela atuação conjunta com as Secretarias deste e. TJES. A Sra. Aline Carolino Santos Davel asseverou sobre a importância de a Política de Acessibilidade ser compreendida como diretriz de atuação do Poder Judiciário, sobretudo no que se refere à atuação dos setores nas contratações e no planejamento. Compreenderam os presentes sobre a conveniência de deliberação, pelo e. Tribunal Pleno, da Minuta de Resolução da Política de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo até o dia 28.11.2019, com o fito de viabilizar a realização de evento no dia 03.12.2019 (Dia Internacional da Pessoa com Deficiência) destinado à disseminação da política institucional a magistrados e servidores do PJES. Indagadas pelo Dr. Marcelo Menezes Loureiro sobre a viabilidade de tradução automática das manifestações exaradas nas sessões de julgamentos para LIBRAS, Aline Carolino Santos Davel e Renata de Souza Santos apontaram a necessidade de permanência do tradutor/intérprete de Libras, uma vez que não haveria inteligência artificial disponível. Feito isso, as servidoras indicaram a possibilidade de realização de convênio ou termo de cooperação técnica com a UFES, sem custos para o PJES, para a tradução dos vídeos institucionais na Língua Brasileira de Sinais para a disponibilização destes no *website* do e. TJES, o qual registraram não ser, em sua maioria, acessível em razão de limitações sistêmicas. Paralelamente, expuseram sobre a tramitação de processo de contratação da Central de LIBRAS, mecanismo que viabilizará o atendimento remoto, por vídeo, dos jurisdicionados surdos em LIBRAS. Por fim, informaram que o Plano de Gestão de Acessibilidade dos imóveis do PJES está em via de ser encaminhado à Secretaria de Engenharia. Nova reunião desta comissão foi agendada para o dia 08/11/2019, às 14 horas. Em seguida, foi encerrada a reunião.



Presidente da Comissão Des. Jorge Henrique Valle dos Santos

Juiz de Direito Marcelo Menezes Loureiro



Subsecretária Geral Aline Carolino Santos Davel



Técnica Judiciária Renata de Souza Santos



Paulo Medina Neto